

Terça-feira, 22 de abril de 2003

CONEXÃO GLOBAL



NELSON VASCONCELOS

Inclusão.gov

• OK, também acho "inclusão digital" uma expressão estranha, mas é a que tem sido usada em referência à política, ou tentativa, de levar as benesses da tecnologia da informação à grande maioria dos povos. Nesta conversa rápida via e-mail, o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, nos conta um pouco dos planos do seu ministério para diminuir o atraso do país.

• *Qual a participação do MCT na política de inclusão digital do governo?*

AMARAL: Estamos plenamente conscientes da necessidade da inserção completa de todas as regiões do Brasil na sociedade da informação. O conhecimento é o principal componente da economia contemporânea, um fato fundamental de desenvolvimento. Assim, estamos fortalecendo a estrutura do ministério que cuida da área, reestruturando a Secretaria de Política de Informática, fortalecendo seu Comitê Gestor. Vamos reformular o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, além de outras medidas. Temos que fazer tudo para evitar que, também nessa área, se aprofunde o fosso das disparidades regionais brasileiras. O conhecimento deve contribuir para integrar o Brasil, nunca para aumentar diferenças entre as regiões pobres e as que mais se desenvolvem.

ROBERTO AMARAL: Precisamos aumentar a cooperação entre o poder público e as empresas privadas, também nessa área. Um bom exemplo é o concurso de poder público e da iniciativa privada viabilizando, no Estado do Rio, o projeto Petrópolis-Tecnópolis. Uma contribuição importante pode ser a produção, no Brasil, de componentes eletrônicos e de programas, promovendo a substituição seletiva de importações. O déficit da balança comercial brasileira em 2002, só na importação de produtos de microeletrônica, foi da ordem de US\$ 9 bilhões. É preciso que os empresários brasileiros participem mais da pesquisa de inovações tecnológicas, para que o país tenha condições de competir internacionalmente com produtos de primeira linha. O MCT está apoiando projetos importantes nessa área, e o espaço para essa cooperação é grande.

• *Segundo a Fundação Getúlio Vargas e o Comitê para Democratização da Informática, em 2001 apenas 8,31% dos brasileiros tinham acesso domiciliar à internet. No fim de março passado, a Anatel informou que 149 milhões de brasileiros ainda não têm acesso à rede, numa população total de 176,3 milhões (IBGE). Segundo a agência, a taxa ficaria em 7,27 internautas para cada cem habitantes. O que o MCT vê hoje como o maior inimigo da popularização da rede no país?*

AMARAL: Temos um só inimigo (para usar seu termo) e vários obstáculos à popularização da rede de informática. O inimigo é a pobreza do país, a concentração de renda que serve ao projeto autoritário de uma sociedade fundada na exclusão. Na exclusão mais ampla: do mercado, da rede de empregos, da cultura, da saúde e, finalmente, da informação. É preciso ressaltar, por exemplo, que os setores dominantes deste país não popularizaram, até hoje, sequer um ensino de qualidade para todos. Assim, teremos que vencer preconceitos e hábitos arraigados. As novas tecnologias ainda não penetraram nas escolas. Nossos professores do ensino básico, inclusive devido à falta de recursos, usam até agora, predominantemente, os textos didáticos impressos. São os nossos obstáculos.

• *Não faltam inimigos...*

AMARAL: No aspecto mais geral, a cruel concentração de renda, que não se altera há anos, evidentemente representa outro obstáculo poderoso à participação da maioria da população. Para os padrões brasileiros, os equipamentos de informática são caros, assim como o acesso à internet. Temos que buscar alternativas através de programas públicos para contornar problemas como esses e democratizar o acesso ao conhecimento.

• *Qual a parcela de contribuição da sociedade civil e das empresas privadas, nesse processo de inclusão?*

• *E quanto a intercâmbios?*

AMARAL: Entre outras ações de cooperação internacional, pretendemos efetivar com o governo alemão a Internet-2, a rede de alta velocidade, entre a Rede Nacional de Pesquisa e a rede alemã, a Deutsche Forschungsnetz. Estamos, ainda, estudando apoio à biblioteca do Portal Capes e a melhoria das redes estaduais. Queremos, também, fazer a difusão de software livres para ampliar o acesso ao conhecimento. Enfim, nosso propósito é colocar a inclusão digital a serviço da formação da cidadania do século XXI, trazendo para nosso tempo grande parte da população que ainda se encontra no século XIX. Ainda teremos à disposição de todos o acesso aos serviços públicos básicos — como registro de nascimento e carteira de trabalho — em postos acessíveis, como dos Correios, por exemplo. Um dia — e não está longe — os cidadãos terão acesso às contas de suas prefeituras, evoluindo da democracia representativa para a democracia participativa, que a internet pode proporcionar.

• *De quanto o MCT dispõe para investir em projetos de inclusão este ano?*

AMARAL: Somente em maio próximo, com a escolha de novos participantes do Comitê Gestor, o MCT vai re-discutir as prioridades da área de informática. Sei que o Fundo de Informática dispõe de R\$ 24 milhões e existem outros recursos orçamentários em várias rubricas, somando pouco mais de R\$ 30 milhões. No entanto, se somarmos todos os recursos, nos vários organismos públicos federais que tratam de informática, temos condições consideráveis para investir. O que é preciso fazer — e será realizado — é a integração entre todos, conferindo, talvez, ao MCT, que tem essa atribuição legal, o papel de formulador da política de informática. O Brasil não poderá pensar em autonomia enquanto não se desenvolver tecnologicamente. E aí, a inclusão digital é fundamental.